

COMUNICAÇÃO E ATIVISMO SOCIAL: BREVE CONTEXTO DA LUTA DE ENTIDADES QUE ATUAM NA TEMÁTICA HIV/ AIDS NO BRASIL

[DOSSIÊ]

Oséas Batista dos Santos
Universidade Federal do Maranhão
Flávia de Almeida Moura
Universidade Federal do Maranhão

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

As organizações não governamentais (ONGs) têm se destacado ao longo das últimas décadas como relevantes atores sociais, que trabalham com os grupos marginalizados socialmente e em vulnerabilidade econômica. Um desses grupos é composto pelas pessoas diagnosticadas com o vírus HIV. Considerando o desenvolvimento das ONGs com atuação na temática HIV/aids, este artigo visa refletir como a inserção das ferramentas comunicacionais pode contribuir para o crescente processo de profissionalização dessas organizações a partir da década de 1990. Conforme se verá, essas ferramentas contribuíram para o estabelecimento de uma nova perspectiva de atuação nas questões sociais no Brasil, que até a segunda metade do século XX baseava-se no assistencialismo, e a partir dessas mudanças assumiram um sentido de ativismo político, herdado das tradições de lutas sociais latino-americanas. O artigo está estruturado metodologicamente em uma abordagem qualitativa e uma revisão de literatura.

Palavras-chave: ONGs. HIV. Aids. Comunicação. Lutas sociais.

Non-Governmental Organizations have stood out over the last few decades as relevant social actors, working with marginalized groups and populations in situations of economic vulnerability such as people diagnosed with the HIV virus. Considering the development of NGOs addressing HIV/AIDS, this qualitative literature review reflects on how the use of communication tools can contribute to further professionalize these organization starting in the 1990s. As we will see, these tools helped to establish a new action perspective on social issues in Brazil, which was based on welfare until the second half of the 20th century, and from these changes assumed a sense of political activism inherited from traditional Latin American social struggles.

Keywords: NGOs. HIV. AIDS. Communication. Social struggles.

Las organizaciones no gubernamentales (ONG) se han destacado durante las últimas décadas como actores sociales relevantes, trabajando con grupos socialmente marginados y en situación de vulnerabilidad económica. Uno de estos grupos está conformado por personas diagnosticadas con el virus VIH. Considerando el desarrollo de las ONG que trabajan en el tema de VIH/sida, este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre cómo la inserción de herramientas de comunicación puede contribuir al creciente proceso de profesionalización de estas instituciones a partir de la década de 1990. Como veremos, estas herramientas contribuyeron al establecimiento de una nueva perspectiva de acción sobre las cuestiones sociales en Brasil, que hasta la segunda

mitad del siglo XX se basó en el bienestar y, a partir de estos cambios, asumió un sentido de activismo político, heredado de las tradiciones de las luchas sociales latinoamericanas. Este artículo se estructura metodológicamente en un enfoque cualitativo y una revisión de la literatura.

Palabras clave: ONG. VIH. Sida. Comunicación. Luchas sociales.

Introdução

A sociedade brasileira sempre foi marcada pela desigualdade social. Ao tentar resgatar as raízes históricas desse problema, Pedroso (2020, p. 32) aponta para o processo de colonização que o Brasil atravessou entre os séculos XVI e XIX, marcado por uma atitude de exploração dos portugueses em relação a nova terra e aos seus primeiros habitantes, os indígenas; associado aos quase quatro séculos de escravidão, que legou uma estrutura social caracterizada pelo preconceito de classe e racial. Em consequência de tais fatores, ainda destaca o autor, houve a marginalização de estratos da população que foram relegados a uma posição de segunda categoria.

Ao longo das últimas décadas, alguns grupos da sociedade civil têm se dedicado ao desenvolvimento de ações com a finalidade de minorar os efeitos da desigualdade social brasileira, atuando não apenas com foco na assistência social, mas principalmente na emancipação das pessoas em situação de vulnerabilidade e dos grupos minoritários que sofrem com outros problemas sociais, como a violência de gênero e a discriminação por razões da sorologia positiva para doenças como o HIV. Conforme aponta o estudo do UNAIDS (2019), que foi realizado com 1.784 pessoas em sete capitais brasileiras, 19,6% dos entrevistados relataram prejuízos profissionais por terem o diagnóstico de HIV e 46,3% afirmaram ter sofrido discriminação, sendo que em 46% dos casos a agressão foi feita por algum familiar.

Neste artigo, propõe-se a análise dos processos históricos e sociais que possibilitaram a emergência das organizações não

governamentais (ONGs) no cenário social brasileiro na década de 1970. Veremos como esses processos influenciaram a atuação das entidades sociais sem fins lucrativos, que a partir das décadas de 1980 e 1990 nasceram com o propósito de atuação exclusiva com a temática HIV/aids.

Nesse contexto de atuação, as ONGs não tinham o foco apenas assistencial, mas estavam imbuídas de um caráter de busca, por meio do ativismo político, da transformação da realidade de vida das pessoas com HIV e aids e da visão da sociedade em relação aos infectados; diminuindo, portanto, a visão discriminatória (Silva, 1998, p. 130).

Um dos campos de atuação dos trabalhos desenvolvidos pelo atores da sociedade civil ocorre no espaço das ONGs, cuja expressão surgiu logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, em um documento da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), como forma de nomear as entidades que, apesar de terem uma atuação baseada em atividades comunitárias e filantrópicas e, portanto, com interesses públicos, não eram estatais, guardando relações com os governos da época apenas no sentido de contribuir na cooperação internacional entre os países, em uma conjuntura geopolítica do pós-guerra, caracterizada pelas ruínas sem precedentes e pelas perdas das vidas humanas em consequência do conflito bélico (Barbosa, 2006, p. 174).

Na América Latina, o conceito de ONG e suas ações práticas no campo social começaram a ter mais espaço no debate público a partir da década de 1970, em um contexto social e político baseado na luta de setores da sociedade contra as ditaduras militares que se impuseram por meio dos golpes de Estado,

sucedidos pela instauração de governos autoritários em vários países latino-americanos; a exemplo daqueles ocorridos no Brasil, na Argentina, na Bolívia e no Chile¹.

Isso fez com que a discussão sobre o papel das ONGs na América Latina fosse integrada à nova perspectiva teórica da noção de sociedade civil, um conceito proveniente da literatura sociológica europeia. No século XIX, esse conceito teve entre os seus principais intérpretes o filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, que o compreendia como a descrição do processo de constituição das relações sociais baseadas nas forças da economia, por sua vez estabelecidas na divisão do trabalho e nas instâncias estatais (Ciotta, 2007, p. 48-49).

Dentro da tradição filosófica hegeliana, Marx e Engels (1998, p. 55-56) aprofundam o entendimento conceitual da sociedade civil, descrevendo-a como o elemento social central que se constituiria no verdadeiro palco da história. De acordo com os autores, é na sociedade civil onde aconteceria a formação das classes sociais e por meio do qual poderia ser compreendido o processo do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho na sociedade; culminando na interpretação dialética da história, em que luta de classes ocuparia um papel precípua na compreensão do desenvolvimento das sociedades de todas as épocas.

Em direção conceitual descritiva oposta à compreensão de Hegel e Karl Marx, o teórico italiano Antônio Gramsci concebe

¹ Sobre os golpes militares na América Latina entre as décadas de 1960 e 1970 e os regimes militares que os sucederam, ver: Cordeiro et al. (2014); Fico (2008); Wasserman e Guazzelli (2004) e Rouquié (1984).

a sociedade civil, conforme assinala Portelli (2007, p. 22), como um campo pertencente, acima de tudo, à esfera social da superestrutura². Ao colocá-lo nesse novo plano explicativo, Gramsci ressignifica o conceito e atribui ao termo um sentido de luta coletiva, cujos principais atores seriam “as igrejas, partidos políticos, sindicados, meios de comunicação, instituições de caráter científico e artístico” (Coutinho 2011, p. 24-25).

A concepção gramsciana da sociedade civil foi uma forte influência para as mudanças sociais e políticas advindas com o fim das ditaduras militares na América Latina, principalmente no Brasil, onde houve, a partir da década de 1970, o surgimento dos novos movimentos sociais e a emergência das ONGs, imbricados com a presença de características – para além daquelas já delineadas e oriundas das discussões sobre a nova realidade latino-americana até aquele momento apenas teorizada – de uma diminuição crescente da intervenção estatal autoritária dos governos militares nestes movimentos e organizações (Duriguetto; Souza; Silva, 2009, p. 15).

A finalidade, desse modo, era conferir mais poder participativo à sociedade civil,

² Em seus estudos, Karl Marx desenvolve os conceitos de estrutura e superestrutura como formas de compreensão das forças sociais nas quais se assentava a sustentação do modo de produção capitalista e a organização social que possibilitava a manutenção da burguesia enquanto classe detentora dos aparatos de dominação social. Nesse sentido, Marx concebia a infraestrutura como o campo das relações econômicas e, portanto, como a força constituinte do mundo das relações do trabalho; ao contrário da infraestrutura, compreendida como a expressão dos fatores políticos, culturais, jurídicos e religiosos que serviriam como mecanismos de perpetuação do poder da classe dominante ver: Donári e Santos (2016).

que em meados da década de 1970 já se organizava em associações comunitárias e outras formas de organização popular, onde foram iniciadas as reivindicações pela abertura democrática e a restituição dos direitos políticos e civis, que em muitos casos tinham sido restringidos e em outros anulados nos anos anteriores (Duriguetto; Souza; Silva, 2009, p. 15).

Ao ser imbuído dessas perspectivas oriundas das lutas sociais de caráter reivindicatório, o novo sentido, já ressignificado e conferido às ONGs, encaminha para as mudanças nas noções acerca da condução das políticas sociais no Brasil, em que o assistencialismo – até então o padrão estabelecido em que o governo e os setores religiosos, notadamente a Igreja Católica, tinham a preponderância da atuação nessa perspectiva – começa igualmente a ser ressignificado. Em seu paralelo, surgiu um sentido de busca pela transformação social e a emancipação dos grupos populares; a exemplo, como destaca Landim (2002, p. 224), dos processos sociais desenvolvidos a partir das décadas de 1980 e 1990, quando começou a ser desenvolvido no campo da ação social prática um novo tipo de ativismo social.

O novo contexto, ainda de acordo com Landim (2002, p. 224), também foi resultado das mudanças na concepção dos modos de intervenção nos problemas sociais e na profissionalização das entidades da sociedade civil, principalmente diante das mudanças legislativas ocorridas na década de 1990³, período em que as entidades sociais

³ No Brasil, as Organizações da Sociedade Civil são regidas pela Lei federal nº. 9.790, promulgada em 1999 e conhecida como Lei do Terceiro Setor (Brasil, 1999); grupo no qual as ONGs – apesar de alguns dirigentes

adquiriram estatuto jurídico, possibilitando a realização de parcerias com outros atores sociais como o Estado e as empresas privadas – o que levou, portanto, vários atores inseridos na sociedade civil a trabalharem em conjunto com as instituições do âmbito governamental, em um contexto democrático, e com os agentes privados sem a obrigação social estabelecida em lei, a exemplo dos empresários⁴.

Nesse contexto, a temática HIV/aids se constituiu em uma das pautas que tiveram um espaço, a partir da década de 1980, cada vez maior no campo das discussões e atuação de algumas ONGs. Em consequência, houve a criação de organizações sem fins lucrativos com trabalhos voltados unicamente para esse tema, que foram responsáveis pelo protagonismo nas reivindicações em defesa dos direitos das pessoas convivendo com o HIV, em um cenário marcado, naquele final do século XX, pela rápida expansão do número de casos da doença em vários países. Essa epidemia levou mudanças a diferentes níveis da sociedade, tornando a doença uma realidade na vida de milhões de pessoas ao redor do mundo, que a partir de então passaram a ter um contato direto com essa patologia, seja por contágio ou pela relação próxima com alguém que havia recebido o diagnóstico positivo (Fonseca et al., 2020; Grmek, 1995).

delas não partilharem da visão que as inclui no campo do Terceiro Setor – são concebidas como pertencentes.

⁴ O regime de parcerias entre as Organizações da Sociedade Civil, como as ONGs, com o poder público e as empresas privadas passaram por uma nova regulamentação em 2014, por meio da Lei federal nº 13.019 (Brasil, 2014).

Conforme veremos neste artigo, a busca pela mudança da realidade social veio acompanhada do processo de profissionalização das entidades da sociedade civil, em virtude das mudanças legislativas e da crescente inserção da comunicação nessas organizações, notadamente das práticas da comunicação organizacional.

Diante disso, cabe a reflexão teórica sobre esses processos de comunicação e como eles possibilitaram a articulação política das ONGs, que foi fundamental para a estruturação das ações coletivas de reivindicações junto ao poder público, com foco na criação e, posteriormente, no aprimoramento das políticas públicas de oferta no tratamento às pessoas com HIV e o esclarecimento sobre a doença para a sociedade brasileira.

Partimos da compreensão de que toda patologia traz consigo não apenas implicações na saúde de quem ela atinge, mas também à sociedade na qual está inserido o doente. Diante disso, o artigo foi estruturado como uma pesquisa bibliográfica e se buscou articulá-la na perspectiva do entendimento do HIV enquanto fator biológico e social. Foram feitos usos de bibliografias que possibilitassem a análise dos processos históricos e sociais e também do contexto do surgimento das ONGs, inicialmente em um cenário macro – ao termos como campo a América Latina, na década de 1970 –, indo para um contexto já delimitado à sociedade brasileira, com todas as implicações políticas causadas por essas ações na década de 1980 em diante, em um cenário social em que a aids já era uma realidade a qual ninguém poderia ignorar.

O discurso da caridade cristã na atuação das questões sociais

Para a compreensão do contexto social em que as ONGs começaram a ser discutidas no cenário brasileiro a partir da década de 1970, faz-se necessária, inicialmente, uma breve reconstituição das práticas assistenciais realizadas no Brasil até aquele período, em que o assistencialismo governamental, destaca Miceli (2009), e o discurso da caridade cristã eram as concepções predominantes, cujos atores principais eram o Estado e a Igreja Católica; em que o primeiro, apesar de ter o seu papel na área social ressignificado a partir da década de 1980, teve uma atuação fundamental – e em menor dimensão alguns setores religiosos também – na condução da assistência aos pacientes com HIV.

A posição da Igreja Católica, aponta Fernando Lima (2019, p. 312), provém da visão formada durante o período medieval, cuja concepção baseou o surgimento do mundo ocidental, assentado sob bases cristãs, em que o discurso caritativo – portanto, sem as perspectivas de mudanças sociais mais profundas, como vieram a ser pensadas posteriormente por alguns setores da própria Igreja a partir da segunda metade do século XX – tinha um lugar central nos processos sociais organizativos de que dispunham as autoridades religiosas.

Foi apenas entre os séculos X e XI que se iniciou gradualmente a mudança na esfera de atuação dos trabalhos assistenciais na Europa, quando a Igreja Católica começou a perder a exclusividade nessa área. Tal processo foi intensificado com a consolidação dos Estados Nacionais no século XV, período

em que o Estado e a burguesia começaram a ter uma presença política cada vez maior na Europa, o que levou as pessoas desses grupos – principalmente os burgueses católicos não pertencentes ao clero – a disputarem espaços de poder com os grupos religiosos. Uma dessas formas de disputa ocorreu por meio do gerenciamento que a classe burguesa passou a exercer em algumas instituições de caridade, o que resultou no início da laicização das questões sociais na Europa (Correia, 1999, p. 25-32; F. Lima, 2019, p. 314).

Apesar da reconfiguração de poder na Europa, a Igreja Católica continuou a ter uma grande participação nas questões sociais. Essa presença se tornou relativamente mais forte após a chegada dos europeus no continente americano no final do século XV e o processo de colonização que começou a ser realizado nas Américas; participação que no Brasil foi exercida junto aos governos locais durante todo o período colonial e, apesar do relativo declínio, também após a independência, que foi seguida pelos governos imperiais (Reis, 2013).

A atuação da Igreja Católica no Brasil na área social seguiu, portanto, o mesmo caminho da Europa: a assistência aos pobres e o gerenciamento das instituições voltadas para esses objetivos; sendo desenvolvido, ressalta Azevedo (2004, p. 111), nos dois primeiros séculos após a chegada dos portugueses no Brasil, um modelo de cooperação mútua em algumas áreas entre o Estado e a Igreja, no qual a autoridade governamental se sobreponha a religiosa, fazendo com que o clero estivesse subordinado à Coroa portuguesa.

Durante todo este período – mesmo após a expulsão dos jesuítas em 1759 e o ingresso das ideias iluministas e de cunho

racionalista no Brasil – a igreja continuou a ter espaço na condução das ações sociais, em muitos momentos tendo um papel quase monopolista na área e, portanto, sem a interferência de outros atores sociais, o que resultou na continuidade do predomínio nas questões sociais do discurso da caridade cristã sem horizontes de transformações mais profundas na sociedade (Azevedo, 2004, p. 111).

Foi apenas a partir da década de 1950 que a concepção diretiva na atuação desses temas dentro da Igreja Católica no Brasil começou a receber novas influências, baseadas em uma visão crítica em relação à realidade social brasileira (Soares, 2014, p. 11). Isso ocorreu, sobretudo, a partir dos trabalhos da pastoral e da criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1952, que surgiu a partir do esforço dos eclesiásticos ligados à Ação Católica, que tinham acompanhado a trajetória dos militantes católicos leigos, que tinham como objetivos principais a busca pelo compromisso com os pobres e o entendimento que a divulgação do evangelho não poderia ser dissociada das reformas sociais (Soares, 2014, p. 141-142).

É importante observar, para as finalidades deste artigo, como as novas ideias difundidas entre alguns setores do clero católico na década de 1950 propiciaram as primeiras discussões e atividades práticas que vieram a ganhar mais espaço no pensamento social brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, principalmente com o advento da teologia da libertação. Essa abordagem católica, conforme apontam Silva e Baptista (2020, p. 42), surge na América Latina em um cenário social caracterizado pela pobreza que atingia um enorme número de pessoas na região, associada à dependência econômica frente aos países do chamado primeiro

mundo, que impedia o desenvolvimento dos povos latino-americanos, que a partir da segunda metade da década de 1960 começaram a sofrer com a instauração de governos autoritários, após a realização de golpes de Estado.

Diante disso, a teologia da libertação, que teve entre seus primeiros difusores o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, propunha a reflexão sobre os problemas sociais em uma perspectiva que buscasse a emancipação não apenas econômica e social, mas também humana dos povos que sofriam com a injustiça social (Silva; Baptista, 2020, p.46). Essa perspectiva é corroborada e teorizada na década de 1970 pelo teólogo brasileiro Leonardo Boff, para quem o cristão deveria não apenas ter uma atitude de resiliência em relação às injustiças, mas também assumir uma postura consciente diante das mazelas sociais, denunciando as opressões sofridas pelos mais vulneráveis (Boff, 1976, p. 91).

No processo de crescente participação política dos grupos católicos não clericais, ressalta Fernando Lima (2019, p.316), houve o rompimento de alguns deles com o clero, levando à formação de novas linhas de militância política e ao surgimento de novas organizações, cujos integrantes tinham um histórico de atuação na Ação Católica e estavam imbuídos do sentido de reforma social.

É nesse cenário, defende Fernando Lima (2019, p. 316), que surge o embrião histórico que vai dar origem, alguns anos depois, às modernas formas de organização da sociedade civil, conhecidas como ONGs. Nesse sentido, o autor destaca o papel importante que organizações como a Ação Popular, fundada em 1962, tiveram ao possibilitar uma experiência coletiva de

militância política com o objetivo de transformar a realidade social, inicialmente ligada ao catolicismo para, em seguida ao rompimento com o clero, desenvolver uma atuação com o objetivo de alcançar o socialismo, proferindo a necessidade de não abandonar o humanismo cristão.

É importante destacar a figura do sociólogo e ativista pelos direitos humanos Herbert de Sousa, o Betinho, que iniciou a sua trajetória de militância na Ação Popular e depois se tornou um dos intelectuais de maior destaque no campo teórico e prático relativo a concepção das ONGs no Brasil, especialmente daquelas ligadas às lutas pelos direitos sociais das pessoas com HIV; grupo do qual ele fazia parte após ser infectado pelo vírus durante uma transfusão de sangue que realizava periodicamente por ser hemofílico, falecendo em 1997 por complicações relacionadas à doença (Correia, 1999).

O sociólogo propôs novas práticas de atuações sociais baseadas na reivindicação política e na formação de grupos mais conscientes dos problemas sociais com o objetivo de proporcionar à emancipação das classes dominadas. O instrumento dessa militância seria realizado a partir da criação de ONGs, fundadas com um sentido de luta contra os dilemas identificados e absorvendo o discurso da caridade cristã – até então dominante por meio da atuação da igreja Católica –, substituindo-o pelo engajamento político, contudo sem excluir os grupos religiosos (F. Lima, 2019).

Ao se contrapor a essa tradicional defesa católica da caridade, Betinho não propunha o rompimento com a religiosidade, mas sim integrá-la na nova perspectiva cidadã e do papel das ONGs que defendia. Isso pode

ser mais bem compreendido por meio da formação do sociólogo na Juventude Católica Brasileira e na Ação Popular durante a década de 1960 e das discussões que participou durante o período que esteve exilado nos anos 1970, momento em que entre outras questões era debatido o papel da religião na sociedade brasileira, naquele período de abertura política do país (F. Lima, 2019, p. 306).

A compreensão do processo histórico e das dinâmicas sociais em que estão inseridas as ONGs brasileiras a partir do final da Ditadura Militar passa necessariamente pela articulação junto aos setores religiosos – notadamente a Igreja Católica – e a transição da concepção da caridade cristã como única promotora das ações junto aos grupos marginalizados socialmente, para uma dinâmica de ativismo político e profissionalização dos membros dos setores da sociedade civil que passaram a atuar nesse novo espaço, conforme explica Landim (2002, p. 219).

As atuais ONGs, portanto, e com tem sido estudado, começam a existir em anos de regime militar. Acompanhando um padrão característico da sociedade brasileira, onde o período autoritário convive com a modernização e diversificação social do país e com a gestação de uma nova sociedade organizada, baseada em práticas e ideários de autonomia em relação ao Estado, num contexto em que a sociedade civil tende a se confundir, por si só, com a oposição política. As chamadas ONGs se consolidam na medida em que se constrói e fortalece um amplo e diversificado campo associações da sociedade, a partir sobretudo de meados dos anos 1970 – tendência que caminha em progressão pelas décadas de 1980 e 1990.

Nesse contexto, a comunicação assume, em paralelo às novas correntes teóricas que estavam sendo difundidas em setores da esquerda católica na América Latina, uma perspectiva crítica diante dos problemas sociais e do autoritarismo militar daquele período. Berger (2010, p. 256) aponta o novo sentido conferido à pesquisa acadêmica na área comunicacional, em que pesquisadores começaram a desenvolver trabalhos na linha de uma pesquisa militante e contra-hegemônica, que compreendesse as dinâmicas sociais latino-americanas e propusesse novos caminhos, a fim de modificar a realidade social das classes populares.

O surgimento dessa linha de pesquisa comunicacional, ressalta Barbero (1984), foi um resultado direto da luta pela redemocratização dos países latino-americanos. O processo, afirma o autor, pode ser compreendido em duas perspectivas: democrático e de transformação social. Em relação ao primeiro ponto, houve o alcance dos objetivos a partir do fim dos Regimes Militares na América Latina.

O segundo aspecto, referente à luta contra a desigualdade social, configura-se, conforme destaca Matta (1983), como um processo lento, baseado na introdução de políticas públicas e no fortalecimento de uma comunicação popular e alternativa. Este último tipo de comunicação, aponta Peruzzo (2024, p. 101), caracteriza-se pelas práticas comunicacionais realizadas nos movimentos sociais e organizações sem fins lucrativos, que na América Latina, em razão do seu desenvolvimento ter ocorrido década de 1970, apresentaram um caráter classista, concernente à representação no campo comunicacional da tentativa de conferir

a ampliação do espaço de ação dos grupos marginalizados socialmente; processo caracterizado, ressalta Silva (2006, p. 332), pelo novo sentido de luta na esfera política, o que resultou no afastamento gradual da concepção cristã da prática social, por meio das propostas de transformação social na América Latina.

O assistencialismo governamental e a ressignificação do papel do Estado na área social

No Brasil, os primeiros resultados práticos da nova perspectiva social proposta por esses grupos foram percebidos a partir do fim da ditadura militar em 1985 e do processo político de instalação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, o que resultou na promulgação da nova Constituição no ano seguinte, em 1988 (Guizardi; Pinheiro, 2008, p. 110).

Durante o período dos trabalhos da Constituinte, um dos pontos de maior debate, apontam Noronha e Pereira (2013, p. 19), foi a criação do Sistema Único de Saúde, conhecido como SUS, que surgiu no âmbito do movimento de reforma sanitária, e defendia a proposta de custeio governamental das despesas dos serviços de saúde prestados à população. A criação do SUS em 1988 e sua estruturação na década seguinte foi um fator fundamental na implementação da política universalista de distribuição dos medicamentos antirretrovirais utilizados no tratamento dos pacientes diagnosticados com o vírus HIV, segundo Alves et al. (2023, p. 2).

Até aquela época, a saúde pública tinha como diretriz o atendimento, sobre tudo, aos trabalhadores que tinham a

cobertura do Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs), criado no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), e substituído, durante os governos militares, pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Ao restante da população era destinado os serviços de saúde mantidos por meio de recursos filantrópicos.

Na efervescência dos movimentos que lutavam contra a ditadura militar, conforme destaca Oliveira (2012, p. 39-40), surge o movimento de reforma sanitária, que tinha como propósito a democratização do acesso à saúde no Brasil, compreendendo-a não apenas no seu aspecto físico, mas também como algo que deve ser trabalhado na esfera biológica, mental, social e política.

O movimento teve maior impulso a partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986 no governo do então presidente da República José Sarney, tendo como um dos objetivos alinhar as discussões sobre a temática, a fim de levá-la para a Constituinte, que iniciaria no ano seguinte. A Constituinte estabeleceu a obrigação do Estado em promover políticas públicas, a fim de garantir os serviços de saúde de modo universal e gratuito para todos os cidadãos brasileiros, o que foi especificado, em seus vários níveis e atribuições para cada ente público na esfera municipal, estadual e federal, por meio da Lei orgânica federal n.8.080/1990.

Esses anos de transição e efetivação da democracia foram marcados por uma intensa participação da sociedade civil, com o objetivo de garantir a cidadania dos grupos tradicionalmente marginalizados da sociedade brasileira. Nesse sentido, a partir da década de 1990, alguns desses grupos passaram a

compreender as ONGs como espaços pertencentes do Terceiro Setor, expressão que começou a ser utilizada naquele período por acadêmicos para designar um ator social a ser utilizado – por meio dos trabalhos das organizações e entidades não governamentais – para minorar os efeitos da desigualdade social no país e lutar pela garantia da efetividade dos direitos sociais, sendo o Terceiro Setor, compreendido nessa perspectiva de atuação, “um espaço de compromisso e luta rumo à equidade e à justiça social, valorizando as potencialidades humanas e conscientizando sobre a importância de transforma-se em sujeito político, construtor e executor de práticas democráticas e cidadãs”, conforme explica Barbosa (2006, p. 175).

O ingresso da discussão, aponta Boscari e Silva (2015, p. 109-110), sobre o Terceiro Setor no debate sobre as questões sociais foi um fator fundamental para o processo de ressignificação do papel do Estado nessa área, atuação que era baseada até aquele momento em uma concepção assistencialista, cuja primeira regulamentação legal no Brasil foi em 1938, período em que ocorreu a criação do Serviço Social pelo Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS).

Esse foi o primeiro organismo estatal destinado unicamente ao campo da assistência social no Brasil; seguido, em 1942, pela criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) durante o governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de oferecer auxílio às famílias dos pracinhas que tinham lutado na Segunda Guerra Mundial. Após o fim da guerra, os trabalhos da LBA foram estendidos para a prestação de serviços sociais voltados aos cuidados da população em situação de vulnerabilidade social (Boscari; Silva, 2015, p. 109-110).

A LBA foi extinta em 1 de janeiro de 1995, no mesmo período em que as discussões sobre o Terceiro Setor e a atuação das ONGs propunham novas formas de práticas sociais não assistencialistas. Uma dessas práticas, aponta Resende (2000, p. 6), foi a Comunidade Solidária, criada durante o governo FHC e baseada a partir da proposta de uma atuação conjunta entre o governo e a sociedade civil com objetivo de atuação na área social, sem eximir o Estado das suas responsabilidades sociais, conforme explica a primeira-dama e responsável pela iniciativa, Ruth Cardoso.

Atuação e ativismo das Organizações da Sociedade civil

Os processos sociais abordados se integram às discussões sobre as políticas públicas relacionadas à prevenção ao HIV e o tratamento aos infectados pelo vírus. Nesse contexto, em que a aids já era compreendida como uma patologia com implicações não apenas na saúde pública, mas também na área social, as Organizações da Sociedade Civil tiveram um papel preponderante no estabelecimento de uma nova visão assentada não apenas na solidariedade, mas também no respeito à diversidade e às minorias, no contexto de uma doença que inicialmente atingiu principalmente os homens gays – historicamente vítimas do preconceito em razão da sua orientação sexual –, os usuários de drogas injetáveis, os profissionais do sexo e hemofílicos (Mann; Tarantola; Netter, 1993, p. 48).

Nesse sentido, a construção das novas práticas de intervenção social no Brasil, das quais fazem parte as organizações sociais voltadas para o público diagnosticado com o vírus HIV, coincidiu com o auge do contágio da doença e das mortes em consequência do vírus no país, conforme aponta o UNAIDS (2022). Naquele momento, a expansão avassaladora da doença pelo mundo trouxe mudanças na sociedade em vários aspectos: social, econômico, de costumes e saúde pública, mas principalmente trouxe um novo olhar sobre os direitos sociais, levando ao debate sobre a luta pelo respeito à condição humana dos pacientes infectados pelo vírus, que nos primeiros anos da doença carregavam no resultado positivo para o HIV a quase certeza da morte física.

Valle (2002, p. 181) destaca a categoria dos vínculos sociais que foram formados a partir da epidemia de HIV no Brasil, e frisa o trabalho das ONGs, dos movimentos sociais, das comunidades e demais atores da sociedade civil, que mesmo distantes geograficamente compunham o mundo social da aids. Para Valle (2002, p. 186), foi a partir do trabalho dessas organizações e movimentos que a imprensa começou, a partir do início da década de 1990, a adotar uma mudança no discurso acerca do HIV, enfatizando estudos com evidências de que não apenas os homens gays, os usuários de drogas injetáveis e outros grupos considerados de risco poderiam ser infectados; mas todas as pessoas, independentemente da orientação sexual, desde que tivessem relações sexuais sem o uso de preservativos, compartilhassem seringas ou recebessem transfusões de sangue em bancos que não tivessem o correto processo de triagem.

As ONGs e demais atores sociais passaram a fazer parte do chamado “Espaço Aids”, expressão utilizada por Barros e Vieira-da-Silva (2017, p. 1) como uma forma de designar as ações dos grupos pertencentes a áreas diversas como a medicina, política, burocracia e as próprias ONGs, que atuaram de alguma maneira na formulação de políticas públicas voltadas para epidemia de HIV no Brasil. De fato, não é possível compreender a evolução histórica da doença no país sem levar em consideração o trabalho desses atores e a noção do “Espaço Aids”. Isso porque as políticas públicas voltadas para o HIV no Brasil demoraram quase duas décadas e quatro governos até serem estruturadas a nível nacional como atualmente, tendo como principal característica a universalização dos medicamentos antirretrovirais.

As transformações no Espaço Aids entre os anos 1983 e 2001, articuladas à democratização do país e aos desdobramentos da Reforma Sanitária Brasileira nesse período, resultaram na operacionalização de uma política com características consideradas exemplares, como a universalidade e a não discriminação. A implementação dessa política materializou na prática o princípio do SUS de integralidade. O protagonismo do Espaço Aids, nesse sentido, decorreu de uma mobilização específica de profissionais de saúde, militantes da Reforma Sanitária Brasileira e ativistas das ONGs/Aids cuja competente articulação com o campo jurídico e político possibilitaram a universalização do tratamento (Barros; Vieira-da-Silva, 2017, p. 125).

Diante disso, as organizações da sociedade civil voltadas para a temática HIV/aids assumiram várias funções, sendo elas: a constituição dos espaços de acolhimento

para os soropositivos, criando laços de solidariedade; a luta contra o estigma social por meio da conscientização da sociedade sobre a doença com base nas informações científicas que surgiam; e ainda as tarefas políticas, desenvolvidas no sentido de criar canais de articulação com o poder público para institucionalização dos direitos dos pacientes com HIV, como o acesso universal dos medicamentos antirretrovirais (A. Lima, 2019, p. 55).

Esse foi um dos indicativos, assinala Nascimento (2005, p. 103), identificado em meados da década de 1990 que mostraram a importância das ONGs na participação efetiva nas discussões sobre as políticas públicas voltadas para a área do HIV; somados, em 1994, ao empréstimo firmado pelo governo federal junto ao Banco Mundial, estabelecendo o Comitê de Avaliação e Seleção de Projetos. Subordinado ao Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis, esse comitê visava a seleção dos projetos das ONGs e entidades da sociedade civil para receber financiamento do Ministério da Saúde.

Até aquele momento, aponta Silva (2022, p. 94), parte do financiamento para a realização das atividades das ONGs brasileiras HIV/aids vinha de organismos internacionais, como a Fundação Ford, que a partir de 1987 teve um papel importante no estabelecimento dessas entidades no cenário brasileiro e para o financiamento das pesquisas na área de ciências sociais, que proporcionassem o desenvolvimento de políticas públicas abrangentes em todos os níveis sociais afetados pela epidemia de HIV.

Uma das ONGs que se destacou nesse período foi a Associação Brasileira

Interdisciplinar de AIDS, a ABIA, fundada em 1986 pelo sociólogo Herbert de Sousa. A ABIA, ressalta Fernando Lima (2019, p. 92), se destacou por um trabalho pioneiro nas análises e estratégias de comunicação e articulação com outros atores e instituições sociais como a Igreja Católica e não apenas o governo, realizando, portanto, um novo tipo de ativismo social, marcado pelo permanente diálogo e visão estratégica da conjuntura daquele momento.

Nesse sentido, destaca-se o ativismo social enquanto instrumento de ação, conforme apontam Siedschlag e Lana (2023, p. 3), para quem essa prática se caracteriza como um mecanismo por meio do qual determinados grupos, sem acesso aos meios institucionais e midiáticos, desenvolvem atividades que confirmam visibilidade para determinados problemas sociais.

Indo na mesma direção conceitual descrita acima, Henriques (2007, p. 93) destaca que o processo que possibilita as ações desenvolvidas a partir do ativismo social e, portanto, conferindo características de mobilização social ocorre a partir de uma visão comum de valores e discursos presentes nos indivíduos pertencentes a determinados grupos. Para o autor, é a partir dessa visão conjunta sobre determinados problemas sociais que as estratégias comunicacionais vão sendo formadas no interior desses grupos.

Essa comunicação, que se constitui em uma das categorias em que se baseia o ativismo contemporâneo, é apontada por Henriques (2007, p. 94) como um canal que permite entender as novas estratégias desenvolvidas por esses grupos, cuja ação está baseada na horizontalidade

mobilizadora, ao criar um espaço de coesão entre os indivíduos pertencentes ao mesmo grupo de ação; e a visibilidade da causa, na tentativa de pautar na agenda midiática as atividades realizadas e a necessidade de implementação na pauta governamental das ações requeridas.

A decisão de promover propostas alternativas por meio da formulação de políticas públicas teve o objetivo de estabelecer novos caminhos para as ações de enfrentamento ao HIV no Brasil. De tal modo, a ABIA não tinha como foco o assistencialismo, mas o propósito de realizar discussões que gerassem diagnósticos sobre o panorama do HIV no Brasil, desenvolvendo uma visão crítica e a profissionalização dos seus integrantes nas questões ligadas à área de atuação (F. Lima, 2019, p. 94).

Práticas da comunicação organizacional das ONGs

Ao analisar as novas formas de mobilização social em torno das entidades sem fins lucrativos como as ONGs, Kunsch (2007, p. 65-69) desenvolve o termo “cidadania planetária” para descrever o processo de organização de atores da sociedade civil em torno de temas sociais e de enfrentamento a um cenário de “globalização autoritária assimétrica”, que afetou vários países em desenvolvimento econômico na década de 1990, como é o caso do Brasil.

Segundo Kunsch (2007), a comunicação assume um papel importante diante do cenário contemporâneo, marcado pela

internacionalização da economia em um mundo globalizado. Para a autora, cabe ao profissional de comunicação desenvolver uma visão estratégica no sentido de promover a crescente abertura e visibilidade nos espaços públicos dos movimentos sociais e das ONGs, nas quais desenvolve o trabalho das ferramentas comunicacionais.

Na esfera de atividades realizadas pelas organizações sem fins lucrativos, o tipo de comunicação desenvolvida é de nível organizacional. De tal modo, para Kunsch (2008), a comunicação organizacional é o campo perpassado por diversas vertentes, onde a área é compreendida, inicialmente, como uma disciplina acadêmica que estuda os fenômenos comunicacionais e todas as dinâmicas e categorias relacionadas, à exemplo das organizações sejam elas de quaisquer segmentos.

Ainda segundo Kunsch (2008), na comunicação organizacional são analisados todos os sistemas, fluxos, níveis e processos que transcorrem nas organizações. Isso fará com que nessa área se busque a “construção e disputa de sentidos no âmbito das relações intersubjetivas e, por isso, os atores envolvidos desempenham vários papéis sociais e constroem identidades múltiplas” (Baldissera, 2022, p. 53).

A centralidade dessa busca e dos processos ocorre nas organizações que vêm assumindo um papel mais decisivo nas sociedades por ser o ambiente onde esses atores desenvolvem essas relações e trocas não apenas internamente, mas também com público externo. Diante disso, cabe, inicialmente, para o entendimento de tais processos, uma abordagem sobre o conceito de organização e como ele se relaciona, nesse

contexto, à categoria da comunicação organizacional em que está inserido este artigo.

Nesse sentido, Kunsch (2003) define as organizações a partir de dois aspectos, observados com base no desenvolvimento prático e social, sendo o primeiro referente aos atos administrativos que se personificam na atuação das organizações a partir da necessidade de organizar as esferas e os setores inseridos no espectro das ações das atividades propostas. O segundo aspecto, assinalado pela autora, se refere às questões humanas que o conceito carrega, principalmente em relação ao conjunto das pessoas que, partilhando de um propósito comum, desenvolvem funções e atividades pretendendo chegar à concretização dos seus objetivos.

A partir da compreensão desses dois aspectos, é possível concluir que, inicialmente, o termo cabe às organizações do Estado, ao mercado e ao Terceiro Setor. Para além das áreas de atuação, conforme já foi apresentado, um dos aspectos que diferencia esses segmentos sociais no desenvolvimento das suas atividades, no que se refere ao campo prático do conceito de organização, é o papel da comunicação como processo mediador entre as relações dessas organizações com seus públicos interno e externo e a função que ocupa para a realização do programa organizacional delineado no campo da missão, visão e valores.

Esse programa assume um duplo papel, sendo o primeiro para nortear os membros e os funcionários sobre o percurso a ser seguido e o que se pretende conseguir organizacionalmente, e o segundo voltado para o público externo, no sentido de apresentar o que se pretende oferecer como serviços e bens para ele, que, a depender

do setor no qual a comunicação está sendo desenvolvida, poderá ser chamado de cidadão, na esfera das organizações públicas; de clientes, nas empresas privadas e de beneficiários e mantenedores, nas organizações do Terceiro Setor.

Enquanto no governo e nas empresas privadas o esquema de relação comunicacional ocorre basicamente entre dois atores: o governo e o cidadão e empresa e cliente, respectivamente; nas ONGs há três. A comunicação delineada nessa perspectiva opera, portanto, com outra proposta de valor, baseada, de acordo com Utsunomiya (2007), em causas sociais, diferenciando-se dos demais setores por não ter como objetivo o lucro financeiro, no caso das empresas privadas ou interesses políticos, como acontecem nas esferas governamentais.

É com base nessa perspectiva que a comunicação é trabalhada nas ONGs e requer uma atenção maior do pesquisador, conforme ainda destaca Utsunomiya (2007), pois o ambiente onde acontece o processo comunicacional nas organizações sem fins lucrativos é caracterizado pela complexidade em razão do sentido simbólico presente nas relações entre as organizações e o seu público externo. São essas trocas simbólicas as responsáveis pelo caráter modular das ações administrativas e de comunicação, delineadas pelos responsáveis por setores organizacionais e de comunicação das entidades sociais.

Oliveira (2022) destaca o caráter social e político das organizações e como essas características influem na absorção, por parte das organizações, das tendências culturais e econômicas circulantes na sociedade em que as atividades organizacionais se

desenvolvem. Isso faz com que se estabeleça uma relacionamento com o público externo, aponta o autor.

É esse o cenário adentrado pela comunicação organizacional, tornando as organizações, enquanto atores sociais, “um fenômeno comunicacional contínuo e, como tal, [que] se auto-organiza graças à interação comunicativa e reconhecidas como um espaço de interações que se constrói em torno das ideias de disputas de poder, linguagem, construção de sentido” (Oliveira, 2022, p. 43).

Esse componente que a comunicação tem na área organizacional e administrativa pode proporcionar uma integração entre as partes que compõe a organização, possibilitando, assim, o equilíbrio e o encadeamento das suas funções (Torquato, 2015). Para o autor, uma organização só consegue se desenvolver e ter continuidade com obtenção dos seus objetivos a partir do sistema comunicacional por ela criado, propiciando a efetivação das suas estratégias nos sistemas políticos, entendidos nesse campo como o conjunto dos valores norteadores organizacionais e da visão estratégica do ambiente em que está inserida; o sistema econômico-industrial que, compreendendo fundamentalmente as empresas privadas, se constitui na perspectiva mercadológica e nas leis de mercado; e, por fim, o sistema do microclima interno das organizações, em que as políticas e estratégias organizacionais e comunicativas são geradas, sendo a esfera na qual ocorre as relações entre membros e coordenadores das organizações. Independentemente do segmento organizacional, o primeiro e o terceiro sistema descritos se apresentam nas organizações, com exceção do segundo, em que predominam as atividades das empresas privadas.

A comunicação assume, desse modo, uma função de análise dos ambientes interno e externo das organizações e de aplicação das estratégias responsáveis pelo direcionamento das mensagens que serão recebidas pelo público-alvo das organizações. São esses papéis da comunicação que formam a cultura organizacional do ambiente interno, destacada por César (2008), composta por quatro aspectos: o primeiro, referindo-se ao problemas de gestão organizacional, entende que cada organização apresenta uma dinâmica própria e mesmo naquelas inseridas no mesmo segmento setorial – a exemplo das entidades do Terceiro Setor – é possível analisar especificidades de gestão, oriundas a partir da forma como são conduzidas as atividades administrativas e de comunicação.

O segundo aspecto, destacado pela autora, é em relação à integração das pessoas que fazem parte das rotinas administrativas e de comunicação das organizações e como devem ser conduzidas as metas e planos de trabalho, tendo em vista formar a sinergia necessária para a concretização dos objetivos em comum.

O terceiro aspecto consiste nas crenças e valores organizacionais circulantes no ambiente interno e como, em conjunto, elas influem no direcionamento dos planos das organizações. Por fim, o quarto aspecto relaciona-se às políticas comunicacionais direcionadas para o público interno, no sentido de encaminhar mecanismos integradores para a coesão das funções desenvolvidas dentro das organizações.

Os quatro aspectos citados evidenciam como mesmo dentro do mesmo segmento é necessária uma visão diferenciada sobre os problemas e desafios que cada organização

apresenta e como a perspectiva das funções organizacionais levam a caminhos diferentes para a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelas ONGs, seja qual for a causa em que atuam.

Considerações finais

Durante o processo de construção deste artigo buscou-se estabelecer uma linha coesa que proporcionasse um sentido lógico textual no encadeamento das categorias relacionadas ao tema e objeto da pesquisa, que foram abordados ao longo do texto, inserindo-as entre os campos da comunicação, ONGs, o HIV e das lutas sociais na América Latina.

Nesse sentido, compreendeu-se que as ONGs focadas na temática HIV/aids atuaram desde o início das suas trajetórias na década de 1980 em um relação diversa, no sentido da promoção da dignidade das pessoas infectadas pelo vírus e na formação dos vínculos sociais e identitários desses grupos, entre os quais o sociólogo Herbert de Sousa. Este participou ativamente durante o exílio dos debates sobre as novas formas de cidadania e emancipação popular frente ao autoritarismo militar e à continuidade das mazelas sociais, às quais estavam submetidas as classes subalternas na América Latina. Assim, essas discussões vieram a se integrar à luta social no contexto da epidemia de HIV no Brasil, que acabou por vitimá-lo.

Buscou-se, ao longo deste artigo, situar no panorama histórico os fatores condicionantes que levaram às transformações sociais

ocorridas na segunda metade do século XX no Brasil e como elas estão vinculadas à tradição de luta latino-americana, em que não bastava apenas uma atuação de caridade, mas era necessário realizar a militância social com maior enraizamento na sociedade, tendo em vista um novo sentido de ativismo; contudo, sem excluir os grupos religiosos, mas absorvendo o seu sentido social e conferindo-lhe uma perspectiva de atuação profissional e de emancipação popular.

Diante da não concretização da cidadania, surge a necessidade do agrupamento de indivíduos com os mesmos interesses e demandas, que por meio da mobilização social reivindicam junto ao poder público medidas no sentido de preencher as lacunas ou mesmo de complementação das ações governamentais, para que possam desenvolver ações nesse sentido.

Foi nesse contexto que se desenvolveram as entidades sem fins lucrativos no Brasil voltadas para a temática do HIV, inicialmente no sentido de acolhimento dos soropositivos e prevenção de novos casos, para depois – em conjunto com o acolhimento – atuar na assistência alimentar, jurídica, psicológica, de moradia e outras necessidades identificadas ao longo do processo de escuta desses indivíduos. ■

[OSÉAS BATISTA DOS SANTOS]

Jornalista e mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Comunicação e Mestrado
Profissional da Universidade Federal do Maranhão
(UFMA). Desenvolve pesquisas na área de
Comunicação organizacional e Terceiro Setor.
E-mail: oseas.batista@discente.ufma.br

[FLÁVIA DE ALMEIDA MOURA]

Doutora em Comunicação pela Universidade
Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Professora do Departamento de Comunicação e
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
e Mestrado Profissional da Universidade
Federal do Maranhão (UFMA).
E-mail: flavia.moura@ufma.br

Referências

ALVES, Ana Maroso et al. Para além do acesso ao medicamento: papel do SUS e perfil da assistência em HIV no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 57, p. 1-9, 2023.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 109-120, 2004.

BALDISSERA, Rudimar. Notas para uma epistemologia da comunicação organizacional. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Paulo: Difusão, 2009. p. 49-64.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Significados do Terceiro Setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 173-186, 2006.

BARROS, Sandra Garrido de; VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria. A terapia antirretroviral combinada, a política de controle da Aids e as transformações do Espaço Aids no Brasil dos anos 1990. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 114-128, 2017.

BERGER, Christa. **A pesquisa em comunicação na América Latina** [Apontamentos de sala de aula]. Disciplina: Teorias da comunicação. Conceitos, escolas e tendências. [S. l.]: [s. n.], 2001. p. 241-277, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4564366/mod_resource/content/1/berger_americanalatina.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativeiro e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1976.

BOSCARI, Marilene; SILVA, Fátima Noely da. A trajetória da assistência social até se efetivar como política social pública. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, Caçador, v. 4, n. 1, p. 108-127, 2015.

BRASIL. Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco [...]. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

CÉSAR, Ana Maria Roux Valentina Coelho. Comunicação organizacional e cultural. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org). **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Paulo: Difusão, 2009. p. 25-46.

CIOTTA, Tarcílio. **O conceito de sociedade civil em Hegel e o princípio da liberdade subjetiva**. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CORDEIRO, Janaína Martins et al. (org.). **À sombra das ditaduras**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

CORREIA, Fernando da S. **Origens e formação das Misericórdias Portuguesas**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos: 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges dos. **A teoria de Karl Marx**. Lisboa: de Análise Económica de Regulação Social; Universidade Autónoma de Lisboa, 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro de; SILVA, Karina Nogueira. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 13-21, 2009.

FONSECA, Luciana Kelly da Silva et al. Análise da estigmatização no contexto do HIV/ AIDS: Concepções de Pessoas que Vivem com HIV/AIDS. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Minas Gerais, v. 13, n. 2, p. 1-15, 2020.

FICO, Carlos. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GRMEK, Mirko. O enigma do aparecimento da Aids. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 229-239, 1995.

GUIZARDI, Francini Lube; PINHEIRO, Roseni. Novas práticas sociais na constituição do direito à saúde: a experiência de um movimento fitoterápico comunitário. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 12, n. 24, p. 109-122, 2008.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Ativismo, movimentos sociais e relações públicas. In: KUNSCH, Waldemar Luiz; KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Relações públicas comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 92-104.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Sociedade civil, multicidadania e comunicação social. In: KUNSCH, Waldemar Luiz; KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Relações públicas comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 59-77.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Paulo: Difusão, 2008.

LANDIM, Leilah. Experiência militante: histórias das assim chamadas ONGs. **Lusotopie**, Provence, v. 9, n. 1, p. 215-239, 2002.

LIMA, Ana Cláudia Teixeira de. **O câncer gay e o orgulho gay**: a experiência da Aids para o movimento LGBT da cidade do Rio de Janeiro (1986-1995). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

LIMA, Fernando. Betinho e as ONGs: sociogênese de uma nova militância. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 306-331, 2019.

MANN, Jonathan; TARANTOLA, Daniel; NETTER, Thomas W. (org.). **A AIDS no mundo**: história social da AIDS. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATTA, Fernando Reys (org.). **Comunicacion y busque das democracias**. México: Illet, 1983.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**: 1890-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. AIDS no Final do Século XX. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do (org.). **As pestes do século XX**: tuberculose e aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 81-112.

NORONHA, José Carvalho de; PEREIRA, Telma Ruth. Princípios do sistema de saúde brasileiro. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (org.). **A saúde no Brasil em 2030**: prospecção estratégica dos sistema de saúde brasileiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 19-32.

OLIVEIRA, André Luiz de. História da saúde no Brasil: dos primórdios ao surgimento do SUS. **Revista Encontros Teológicos**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 31-42, 2012.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. A comunicação organizacional no Brasil. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling et al. (org.). **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Paulo: Difusão, 2009. p. 49-64.

PEDROSO, Márcia Naiar Cerdote. A pobreza e a desigualdade: uma realidade brasileira no século XXI. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 31, p. 31-54, 2020.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa**. Vitória, ES: Edufes, 2024.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. São Paulo: Paz e terra, 2007.

REIS, Elisa (org.). **ONGs**: novos vínculos entre a sociedade e o Estado. Rio de Janeiro: Letras, 2013.

RESENDE, Luis Fernando de Lara. **Comunidade solidária**: uma alternativa aos fundos sociais. Brasília, DF: Ipea, 2000.

ROUQUIÉ, Alain. **O estado militar na América Latina**. Buenos Aires: Emecé, 1984.

SIEDSCHLAG, Djeison; LANA, Jeferson. O efeito do ativismo social em organizações: uma visão integrativa da literatura. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1-14, 2022.

SILVA, Claudia Neves da. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 15, p. 326-351, 2006.

SILVA, Cristina Luci Câmara da. ONGs/Aids, intervenções sociais e novos laços de solidariedade social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, p. S129-S139, 1998.

SILVA, Sandro Coutinho da. **A resposta brasileira à AIDS**: o percurso dos anos iniciais das ONGs até 2001. 2022. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, Wellington Teodoro; BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira. A revolução nas origens da esquerda católica brasileira e a Teologia da Libertação. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 23, p. 1-37, 2020.

SOARES, Edvaldo. **Pensamento católico brasileiro**: influências e tendências. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

TORQUATO, Gaudêncio. **Comunicação nas organizações**: empresas privadas, instituições e setor público. São Paulo: Summus, 2015.

UNAIDS. **Estatísticas**. Brasília, DF, UNAIDS, 2022. Disponível em: <https://unaids.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

UNAIDS. **Estudo revela como o estigma e a discriminação impactam pessoas vivendo com HIV e AIDS no Brasil**. Brasília, DF, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://unaids.org.br/2019/12/estudo-revela-como-o-estigma-e-a-discriminacao-impactam-pessoas-vivendo-com-hiv-e-aids-no-brasil/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UTSUNOMIYA, Fred Izumi. Relações Públicas na gestão da comunicação institucional no terceiro setor. In: KUNSCH, Waldemar Luiz; KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Relações públicas comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 310-324.

VALLE, Carlos Guilherme do. Identidades, doença e organização social: um estudo das “pessoas vivendo com HIV e AIDS”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 179-210, 2002.

WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Barcellos. **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.